



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

## **BOQUEIRÃO DOS NEGROS: MEMÓRIA E IDENTIDADE DE UMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO EM VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

Vanderlucy Barreto Duarte Neri<sup>33</sup>  
(UESB)

Graziele de Lourdes Novato\*  
(UESB)

### **INTRODUÇÃO**

Contemporaneamente, fala-se em remanescentes de quilombo. A partir da década de 1980, mais especificamente o ano de 1988, marcado pelo centenário da abolição e também promulgação do Artigo 68 das disposições transitórias da Constituição Federal, abre-se um novo campo para pesquisas relacionadas às comunidades remanescentes de quilombo.

Este é o conceito usado pela Constituição Federal de 1988, para designar os grupos que após abolição da escravidão, deram continuidade à manutenção da cultura, religiosidade, modo de vida próprio.

O termo remanescente gera muita polêmica, pelo seu significado. Ele remete a uma noção de sobra, resíduo, de algo que já foi e do qual restaram somente reminiscências, ou seja, grupos que não existem mais em sua plenitude. Para Eliane Cantarino O'Doyer:

Ao contrário do que o termo “remanescente” possa sugerir com referência às sobras e restos de um passado sempre ressuscitado, essa forma de identificação é

---

<sup>33</sup> Aluna do Curso de Especialização em Educação, Cultura e Memória-Museu Pedagógico - UESB. [vanderlucybdns@yahoo.com.br](mailto:vanderlucybdns@yahoo.com.br).

\* Prof<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup> lotada no Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. E-mail: [galnovato@yahoo.com.br](mailto:galnovato@yahoo.com.br)



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

utilizada no presente para a ação coletiva em defesa do território que ocupam e na garantia da reprodução de seu modo de vida característico (O'Doyer, apud MOURA, 2001: 305).

Para a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população homogênea. Destarte, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar.

Vale salientar que a expressão “remanescente” empregada ao longo do texto deve ser entendida como descendente, que significa derivar, provir por geração.

As comunidades descendentes de Quilombos se constituíram a partir de uma variedade de processos, que vai desde as fugas com ocupação de terras livres e geralmente de difícil acesso, até as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Em geral, caracterizam-se, por serem de predominância negra, rurais, com atividades sócio-econômicas que integram a agricultura de subsistência, pecuária tradicional, artesanato e agroindústria tradicional e/ou caseira.

O que distingue esses grupos sociais do restante da sociedade é a sua identidade étnica. Esta é entendida aqui como um processo de auto-identificação dinâmico, e que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele, por exemplo. A identidade étnica de um grupo é a base para sua forma de organização social, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política.

Ora, identidade é um conjunto que abrange diversos aspectos como crenças, ritos e experiências comuns de um determinado povo. A base de pertencimento podem não



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

ser os mesmos para os membros do grupo e para os que não pertencem a ele, mas implicam o estabelecimento e manutenção de limites étnicos.

Segundo dados divulgados em maio 2005, pela UNB (Universidade de Brasília), o Brasil possui 2.228 comunidades descendentes de quilombos. A maior parte está espalhada na zona rural de alguns dos 5565 municípios brasileiros. Além das rurais, há também as ribeirinhas, as suburbanas e raramente as urbanas. Em geral, essas comunidades não possuem registros escritos, pois suas histórias são pautadas na tradição e transmitidas oralmente.

É nesta perspectiva que se insere a Comunidade Descendente de Quilombo Boqueirão dos Negros. Localizada a aproximadamente 40 km do Município de Vitória da Conquista – Ba recebeu este nome pelos habitantes locais. A denominação Boqueirão dos Negros faz menção à demarcação do espaço geográfico que é onde ocorrem as experiências particulares de lutas para se constituir enquanto comunidade e revela o sentimento de pertença, de identidade do grupo.

Várias obras sobre a temática - quilombo, comunidades negras, resistência, - já foram publicadas, entretanto, ainda há uma lacuna na historiografia que precisa ser preenchida. Os estudos sobre remanescentes de quilombos são contemporâneos. Começam a ser realizadas no final da década de 80. Em 1988 foi publicado “Território negro em espaço branco” de Maria de Lourdes Bandeira, em 1996, “Cafundó - A África no Brasil” de Carlos Vogt e o antropólogo Peter Fry.

Outros ainda são importantes como a José Jorge de Carvalho sobre Rio das Rãs de 1995; Uma das mais importantes publicações a respeito de comunidades remanescentes de quilombos é o livro Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania na pós-abolição de Ana Lugão Rios e Hebe Maria Matos, de 2005.

A discussão sobre a relação História e memória é um dos grandes debates teóricos que atravessa várias gerações de historiadores, pois envolve os objetivos e fundamentos do trabalho histórico. Vários são os estudiosos que trabalham com História



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

oral e memória. Neste trabalho cito apenas aqueles que são fundamentais para o embasamento teórico, no que se refere à história oral e memória. São eles: Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Jacques Le Goff, Alessandro Portelli, Paul Thompson, José Carlos Sebe Bom Meihy, Janaina Amado e Ecléia Bosi. Vale ressaltar que essa discussão diz respeito tanto às Ciências Humanas quanto às Ciências Sociais.

O presente trabalho será pautado no uso de fontes documentais, sobretudo, pelo uso da fonte oral, da memória, pois elas (fonte oral e memória) possibilitam que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial possam ser ouvidos - deixando registradas para análise futura sua própria visão de mundo e aquela do grupo social ao qual pertencem.

Graças a um novo direcionamento na metodologia da história a partir da instituição de outros paradigmas referentes à historiografia, as correntes pertencentes à nova história valorizam sobremaneira os registros do cotidiano, atuais ou do passado remoto.

No trabalho em questão, pretendo levantar documentos escritos para contestar ou afirmar a versão da maioria dos moradores de como ocorreu o processo de ocupação da terra. Segundo a maioria, a terra foi “encontrada” pelos primeiros habitantes fugidos do cativeiro, negando a outra versão de que foi uma doação. Pois é indispensável não ficar restrito aos relatos do grupo, mas procurar vestígios em documentos que possibilite identificar se houve ou não doação. Também, tenho a intenção de investigar se, ao longo do tempo, houve expropriação de parte dessas terras. Para isso, precisarei recorrer aos órgãos como Fórum e arquivos de Vitória da Conquista e possivelmente aos circunvizinhos (Rio de Contas, Caetité, Arquivo Público do Estado da Bahia). Através dos documentos cartoriais será possível investigar tanto a questão relativa à doação de terra ao grupo como também sobre a possível expropriação. Os relatos do grupo não fornecem dados precisos, daí a necessidade de recorrer a esses documentos.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

---

## REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território negro em espaço branco. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.
- BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- CARVALHO, José Jorge de. (org.) O quilombo do Rio das Rãs: histórias, tradições, lutas. Salvador: EDUFA, 1995.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC. 1989
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Vértice, São Paulo, 1990.
- LE GOFF, J. História e Memória. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. Loyola, São Paulo, 1996a.
- MOURA, Clóvis.(org.) Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil. Maceió: EDUFAL, 2001.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e Silêncio. In. Estudos Históricos. 1989/3. São Paulo. Cpdoc/FGV.
- \_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1992 vol. 5.
- PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. Revista PROJETO HISTÓRIA: 09-36, Nº. 22, São Paulo, 2001.
- REIS, João José e GOMES, Flavio dos Santos (orgs). Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIOS, Ana Lugão e MATOS, Hebe Maria. Memórias do Cativo: Família Trabalho e Cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- THOMPSON, Paul. A Voz do Passado – História Oral. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1998.